

Política nacional de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional ancorada no futuro soberano do Brasil¹

Edmilson Brito Rodrigues
(Professor Assistente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; Arquiteto; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA; Doutorando em Ciências/Geografia Humana pela USP)

Resumo

O presente artigo reflete sobre a necessidade e o caráter de uma política de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional brasileira. Considerando-se que foi no presente período histórico que o mundo se tornou urbano, tal política tornou-se condição fundamental para a recuperação do controle sobre nossa história, nosso território, nosso futuro. Procura-se mostrar os riscos contidos no processo que tem transformado o conhecimento técnico-científico – e as instituições que o produzem – de bens sociais em bens mercadológicos. São apresentadas algumas idéias sobre o modo de gestão, os necessários mecanismos de controle democrático por parte da sociedade e a sustentação financeira para essa política, afirmando-se a necessidade de que ela tenha um caráter plural, democrático e indissociável do compromisso com a construção de um projeto nacional e soberano para o Brasil.

Abstract

The present article reflects upon the necessity and the character of a Brazilian research policy about urban and regional development. Considering that the world has changed itself into an urban place in this very historical period, such policy became the basic condition to recover the control over our history, our territory, our future. The article shows the inherent risks in the process that has been transforming the tech-scientific knowledge – and the institutions which produce it – from social to market goods. Furthermore it presents some ideas about the managing practices, the necessary democratic control mechanisms by the society and the financial support for this policy, which must have a plural and democratic character and a committed connection with the build-up of a national and sovereign project for Brazil.

¹Artigo elaborado para orientar participação em mesa-redonda realizada durante o XII Encontro Nacional da ANPUR, em Belém (PA), no dia 23 de maio de 2007, com o objetivo de refletir sobre proposta formal feita pelo Ministério das Cidades (Ministro Olívio Dutra) à ANPUR para que esta colabore para a implementação de uma “Política de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional” de acordo com as linhas de ação desse ministério.

Palavras-chave pesquisa; desenvolvimento; espaço urbano/regional

Key words *research; development; urban/regional space.*

edmilsonbritorodrigues@uol.com.br

² Considerando-se as inúmeras concepções acerca de espaço geográfico, adota-se aqui aquela contida em A natureza do espaço (SANTOS, 2006, p. 22), que o define como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, ou seja, como um híbrido constituído da materialidade de sua dimensão física e da imaterialidade dos eventos, das ações, que se “geografizam”. Em consequência, não há significações independentes dos objetos, mesmo porque no mundo contemporâneo não é mais possível estabelecer uma distinção clara entre as obras da natureza e as resultantes do trabalho do homem, entre o puramente técnico e o puramente social. Espaço é, nesse sentido, resultado das ações humanas através do tempo, ações essas que, no presente, lhe atribuem determinado dinamismo e uma funcionalidade. Constitui, nesses termos, a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. Espaço é, portanto, presente, porque é, ao mesmo tempo, passado e futuro.

³ Território ou, mais precisamente, território usado e espaço geográfico são vistos aqui como sinônimos. Para fins analíticos, território será entendido como nome – forma-conteúdo – político que se dá ao espaço geográfico de um país. Território, portanto, é uma porção do espaço geográfico claramente delimitada e fechada por fronteiras – sendo estas porém permeáveis a vetores externos de variadas naturezas – no interior da qual existem normas jurídicas em geral não vigentes fora desses limites. Diferenciam-se, assim, as totalidades espaço ou espaço geográfico global, de um lado, e território usado, de outro, estando este sob abrangência do Estado territorial. Trata-se, neste trabalho, de território nacional brasileiro, melhor dizendo, do potencial uso do território brasileiro por ações relativas a uma política de pesquisa e desenvolvimento urbano e regional (ver SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20; SOUZA, 1999, p. 2).

⁴ SORRE, Maximilien. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. In: WAGNER, P.; MIKESELL, M. (Ed.). Readings in cultural geography. [S.l.]: University of Chicago Press, 1962. p. 399-415.

O início do presente século coincide com a fase urbana da humanidade; 52% da população mundial vive atualmente em cidades. Estima-se que em 2020 pelo menos 60% da população viverá em zonas urbanas. Contudo, ainda predomina no meio acadêmico um tipo de abordagem acerca do espaço² que trabalha a velha dicotomia urbano-rural como se fosse possível desconhecer a dinâmica do período técnico-científico-informacional e suas inferências expansivas e fragmentárias no meio geográfico – meio técnico-científico-informacional –, que dividem o território³ em espaços da racionalidade – espaços inteligentes, luminosos – e espaços incompletamente tecnicizados – espaços opacos, todos subordinados a uma mesma lógica. A coexistência de espaços urbanos e espaços agrícolas (regiões urbanas e regiões agrícolas, inclusive as regiões metropolitanas) em termos do território nacional, a despeito de se considerar a relativa *autonomia urbana* preconizada por Maximilien Sorre⁴ (1962 *apud* SANTOS, M., 2005), condição mesma da existência da cidade, é expressão de um esforço de compreensão do espaço no contexto da aceleração contemporânea (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No Brasil a hegemonia da população urbana já ocorreu há mais tempo. O censo demográfico de 2000 (IBGE, 2001) mostra que 81,2% da população vivia então em zonas urbanas. As regiões mais urbanizadas são a Sudeste (90,5%) e a Centro-Oeste (86,7%). Vale notar que nos debates orientados pela ideologia do “desenvolvimento sustentável” a Amazônia continua a ser lembrada apenas como reserva de vultosos recursos hídricos e biodiversidade, como lugar de ninguém, espécie de “terra sem homens”. Esquece-se que a região já alcançou uma taxa de 69,7% de urbanização.

Nesse contexto, a qualidade da nova densidade temporal no que concerne ao uso do território manifesta-se, na explosividade e ruptura de sua urbanização, como processo que desnute, desampara e desabriga. O uso hegemônico do território busca torná-lo disponível e apto a fornecer a energia de um sempre quase-caos. As cidades tornam-se expressão desse padrão, no qual as prioridades são definidas com base nos interesses das corporações financeiras, das minorias privilegiadas. No bojo do dinâmico processo de divisão socioespacial internacional do trabalho, o território, ao mesmo tempo globalizado e atomizado, torna-se paradoxal: o país enriquece, ao mesmo tempo que se aprofunda a pobreza estrutural – que tem a fome, o analfabetismo, as epidemias e a violência, entre outras mazelas sociais, como marcas inocultáveis do tempo presente – de toda a nação e, mais fortemente, dos mais pobres (SOUZA, 1994).

As cidades brasileiras inserem-se nessa dinâmica de submissão aos interesses corporativos das redes de cidades existentes. As corporações remanejam, assaltam, tomam, assolam e rompem os antigos núcleos das cidades e deles se apoderam. Os processos imbricados nesse padrão tendem a se expressar em segregação e deterioração socioespaciais, na dificuldade de fluidez da malha urbana para os que vivem nas periferias, na ausência ou precariedade de equipamentos urbanos de saneamento, na precária qualidade e na insuficiência dos serviços de saúde e educação, no desemprego, no subemprego etc.

Com isso, pretende-se dizer que, para pensar um projeto alternativo de desenvolvimento para o Brasil, pautar centralmente a questão urbana há muito se tornou uma exigência. O fato de o mundo ser hoje urbano torna a análise científica do espaço um feixe contraditório de luminosidades e opacidades cujo estudo pode enredar um projeto de futuro. Nesse sentido, fundamental faz-se o esforço de reflexão com vistas a uma política de investigação sistemática sobre desenvolvimento urbano e regional.

Uma política nacional de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional deverá ser ampla o suficiente para garantir o necessário caráter plural do fazer científico. Mas não fará sentido se for para

servir apenas como mais uma forma de transferência de recursos públicos para o desenvolvimento de um saber técnico-científico dócil aos setores hegemônicos e por eles apropriável.

Tal política também não deve ser reforço à burocracia acadêmica descompromissada com a produção de um pensamento voltado a um modelo alternativo de desenvolvimento urbano e regional, como parte de um projeto popular para o Brasil que nos permita recuperar o controle sobre nossa própria história e sobre nosso território, vale dizer, sobre o nosso futuro, haja vista que, como nos alerta Maria Adélia de Souza ([2000?]), a maior tragédia da universidade pública é ser dirigida por burocratas travestidos de professores e cientistas.

Para Milton Santos (2002, p. 18):

Vivemos em uma época em que a história dos povos, para ser por eles próprios conduzida, depende da força e discernimento de que forem capazes ao elaborar sua política científica e tecnológica. A pesquisa é considerada como tão ou mais importante que o território e a população, entre os instrumentos nacionais de formulação eficaz de um planejamento estratégico ou de uma geopolítica.

Corroborando essa perspectiva, Carlos Alberto Ferreira Lima (2000, p. 49), após referir-se às diferenças de recursos para pesquisa e desenvolvimento entre países retardatários e hegemônicos, analisa os fetiches produzidos pelo capital, como o que induz a pensar que “o mundo caminha para a integração internacional através da superação das fronteiras nacionais pautada pela formação dos grandes mercados”, quando o que ocorre “é uma luta desenfreada entre as diferentes Nações para conseguir um melhor posicionamento na Nova Divisão Internacional do Trabalho”. O fosso entre o desenvolvimento brasileiro e o dos países hegemônicos não nos deve impedir de continuar a fazer pesquisas; ao contrário,

[...] se constitui em mais um desafio para buscar soluções alternativas às contradições provenientes do desenvolvimento desigual e desequilibrado, tanto internacional quanto nacional. Só dessa forma poderemos resistir à inserção no processo produtivo internacional da forma como os países hegemônicos querem nos impor (porque dispõem do saber, ciência enquanto poder do capital) e, ao mesmo tempo, propor uma outra forma de participação na dinâmica produtiva mundial. (LIMA, 2000, p. 50).

O “nó cego” para isso, assiste-se razão a César Benjamin (2004, p. 15-28), resume-se em primeiro lugar na armadilha intelectual a que nos arriscamos quando concedemos o monopólio da descrição da realidade aos chamados especialistas em economia, melhor dizendo, a qualquer tipo de pensamento que não considera em sua análise o espaço, o tempo e as pessoas, que são justamente os elementos essenciais da realidade, e, em segundo lugar, na “[...] idéia de que o futuro só pode ser pensado como resultante da soma, ou da sucessão de operações de curto prazo, tanto na economia como na política”, como se o futuro não comportasse descontinuidades, mutações ou rupturas; daí “[...] a tendência a raciocinarmos construindo cenários, que são apenas prolongamentos, considerados possíveis ou prováveis, do presente. Não se faz história dessa forma. Faz-se apenas pequena política, que tende a escorregar para o puro marketing”.

Ana Clara Ribeiro (2005, p. 263), em perspectiva semelhante, diz que a alienação territorial tem correspondência com a “influência do economicismo e do pragmatismo na interpretação da experiência social”. Ela argumenta que essa alienação do território resulta de uma construção ideológica de caráter tecnicamente sofisticado, “que abstrai a co-presença e conduz à acomodação

incondicional os objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional”. Mostra, ainda, que essas tendências, ao se cristalizarem, passam a embasar a noção de território alienado e os ajustes das heranças espaciais às novas condições gerais da produção, constituindo um processo de “adesão ideológica ao mercado” e resultando em estruturas espaciais inibidoras de conquistas sociais. Por sua vez, a consciência da gravidade desses processos permeia as formas de resistência ao ordenamento hegemônico do espaço, através de “lutas travadas por sujeitos sociais conscientes dos encadeamentos (estruturais e estruturantes) entre apropriação do território, oportunidades de conquista da soberania e reinvenção da democracia” (RIBEIRO, 2005, p. 271-272).

Deve-se reconhecer que ainda carecemos de um diagnóstico preciso do potencial destrutivo do capital financeiro sobre as estruturas e os processos dos países periféricos. Tem prevalecido o ponto de vista ou o diagnóstico das classes dominantes sobre problemas fundamentais. Não são poucos os trabalhos acadêmicos que interpretam meros planos de ajuste fiscal como sendo projetos nacionais. Contudo, a presente discussão é mais um indicativo de que o pensamento crítico permanece vivo e pode permitir a criação de uma espécie de “rebelião intelectual”, como propugnava Florestan Fernandes⁵ (1975 *apud* RODRIGUES, 1997, p. 14) e como propugna Maria Adélia Aparecida de Souza ([2000?], p. 3) em sua crítica da “indigência acadêmica que acata teorias e princípios sem cautelas e rigor acadêmico e científico”, para quem é

[...] assustadora a capacidade que parte da universidade brasileira tem tido de assumir, apressadamente, discursos políticos e ideologias como teoria, esquecendo-se do profundo significado ético da liberdade de cátedra, e sujeitando-se aos financiamentos para suas pesquisas junto a Instituições que disseminam a moda e as necessidades de conhecimento viabilizando cada vez mais os interesses hegemônicos.

Isso exige, por sua vez, romper com a lógica que, em nome dos interesses acadêmicos, estabelece uma convivência harmoniosa entre o poder e o trabalho intelectual. Diante de uma ordem social desigual, opressora por natureza e agravada pela política em curso, resta seguir a importante advertência de Florestan Fernandes (1977, p. 128), para quem “a verdadeira ciência começa, então, com a pergunta: como enfrentar e destruir, da maneira mais rápida possível, essa ordem social?”.

Em texto de obrigatória leitura, Milton Santos faz a crítica das instituições pela ótica do desenvolvimento intelectual do pesquisador e do desenvolvimento das instituições de pesquisa afirmando que, no caso brasileiro,

[...] a universidade tem um papel cada vez menor do que aquele desempenhado por seu entorno, ou seja, pelas agências como CNPq, Capes e Fapesp. As universidades, citando no meu caso a USP, apóiam cada vez menos seus próprios professores, não dispõem de mecanismos de apoio autônomos. A universidade impõe ao professor, primeiro, uma dependência com relação às instituições externas a ela. E, hoje, já impõem uma dependência com relação às empresas. A universidade acaba abandonando seus frutos, pois não tem uma forma de os premiar. (SANTOS, 2004, p. 13).

É obvio que essa situação impõe limites ao funcionamento autônomo da universidade ou mesmo o inviabiliza, haja vista que qualquer projeto só se realiza se financiado – quando financiado – desde fora e é interrompido se esse financiamento – por qualquer razão alheia aos interesses sociais e aos da própria universidade – é interrompido. Ora, como produzir ciência e tecnologia à altura das necessidades nacionais se os pesquisadores vivem em instituições fechadas e asfixiadas nelas

⁵ FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Ômega, 1975.

mesmas, sem as condições básicas para o desenvolvimento interno, muito menos para mover-se, quando necessário, nesse território tão fluidamente usado pelo capital? Ao invés das necessárias “cumplicidades intelectuais”, o que ganha prevalência são as “cumplicidades políticas”. Isso, somado ao processo de burocratização imanente às universidades, impede um progresso intelectual mais rápido e mantém a universidade em estado de morbidez estrutural.

Para Milton Santos (2004), a universidade, para ser sadia, teria de se transformar em uma *instituição não-institucional*, desburocratizada. Somente dessa forma ela pode vir a ser grande e capaz de estabelecer mecanismos próprios de premiar a vontade de saber – criar estímulos intelectuais –, formando o intelectual público, aquele que decide pensar, dizer e escrever o que pensa bem como manter esse pensamento. Porém, a pressão da sociedade, melhor dizendo, de sua base ou dos setores não-hegemônicos, será fundamental para garantir as mudanças necessárias à renovação da universidade, o que exige, ao mesmo tempo, coragem de propor e humildade de dizer.⁶ A idéia de uma instituição não-institucional parte do suposto de que a universidade é uma instituição em crise e que a compreensão da dimensão institucional da crise é fundamental para pensar formas alternativas de institucionalidade que superem qualitativamente os vícios imanentes à velha institucionalidade. A crise institucional, para Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 9), é uma das três crises da universidade – as outras seriam a de hegemonia e a de legitimidade – e manifesta-se na contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de seus valores e objetivos e a cada vez mais forte pressão para submetê-la “a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”.

Por exemplo, em países que vivenciaram recentemente períodos de ditadura – é o caso do Brasil –, a afirmação do princípio de autonomia vem acompanhada dos processos de privatização e precarização financeira das universidades públicas. O exercício da autonomia torna-se o seu contrário, haja vista a busca desenfreada de fontes alternativas de sustentação como reação ao abandono, por parte do Estado, da universidade e do conhecimento por ela produzido como bens públicos prioritários a serem por ele mantidos. Desse modo, a universidade pública é induzida a gerar receitas próprias através das chamadas “parcerias” com o capital, o que representa um passo importante no sentido de submetê-la à dinâmica do mercado. A universidade e o conhecimento científico são reduzidos a meras mercadorias. O Banco Mundial, através do *Acordo geral sobre o comércio de serviços* (GATS) em negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC), tem cumprido papel de destaque no processo de mercantilização da universidade,⁷ no qual o poder dos docentes é um dos alvos principais, haja vista que, conforme Boaventura de Souza Santos (2005, p. 31), a “liberdade acadêmica é vista como obstáculo à empresarialização da universidade”. Esse processo, sintetizado em idéias programáticas no âmbito da lógica do capital financeiro, passa a condicionar qualquer ajuda aos países periféricos.

Uma política nacional de pesquisas em desenvolvimento urbano e regional não avançará se presa a uma concepção de espaço como algo inerte, no sentido de algo sem atividade, como um palco onde a peça teatral da sociedade se realiza em um tipo de negação formal da própria dialética espacial. Importa dar relevo à interpretação que Milton Santos (2006, p. 317) faz do conceito sartreano “prático-inerte”, como que “para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens”, introduzindo uma idéia fundamental para a compreensão da dialética espacial, qual seja, a de que

⁶ Por exemplo, propor a idéia de um terciário como setor dinâmico, a idéia de que o setor secundário (a indústria) não é base suficiente para a explicação dos processos socioespaciais brasileiros e latino-americanos, ainda choca aqueles que interpretam equivocadamente algumas formulações marxianas. Ora, como entender os processos existentes num determinado país sem estudar os usos concretos de seu território, sem estabelecer a mediação necessária entre os processos mais gerais mundiais atinentes ao modo de produção e as especificidades desse processo ao nível das formações socioespaciais?

⁷ Sobre esse grave problema é de primorosa importância a leitura de A educação superior é mercadoria ou direito no âmbito da Organização Mundial do Comércio?, onde Carlos A. F. Lima e João dos Reis Silva Júnior (2004) analisam com profundidade e agudeza crítica o processo de institucionalização da educação vista como bem mercadológico no lugar de bem e direito sociais, no contexto do processo de mundialização sob a hegemonia estadunidense. Desnuda, com base em uma análise histórica de algumas determinações do setor terciário no modo de produção capitalista, os riscos para a educação pública, mormente à superior, e à soberania nacional, contidos no Acordo geral sobre o comércio de serviços, em debate no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

“o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte”. Nessa perspectiva, a inércia trabalhada, ou seja, o prático-inerte, isto é, o espaço assim entendido, não significa, necessariamente, práxis alienada, haja vista que as ações não-hegemônicas apreensíveis no espaço, em grande medida, são não-alienadas, são conscientes, são práxis contra-hegemônicas ou, ainda, são práxis contrárias à racionalidade hegemônica. O espaço é resultado da articulação de ações e objetos integrados de forma sistemática; logo, a ação exprime-se e realiza-se no objeto, neste, portanto, que tem existência autônoma, diferentemente de sua significação.

Nessa perspectiva, vale agregar que só a análise do espaço nacional historiado, ou seja, do *território usado*, permite a apreensão das determinações do processo de totalização dinâmica da realidade. A análise do uso do território torna-se ainda mais relevante com a globalização, na qual a competitividade faz as empresas cada vez mais vorazes por localizações que lhes aumentem o lucro e o poder. O território usado – composição técnica e política do território, fluidez das rodovias, aeroportos permanentemente praticáveis, força de trabalho adequada às demandas do capital, sindicatos e governos menos ou mais dóceis ou coniventes com os interesses hegemônicos – tem “papel ativo, um papel motor” (SANTOS, 2004, p. 34), e, por isso, deve referenciar a noção de política de pesquisa.

Algumas questões pertinentes

Coordenar é preciso: pensando uma instituição não-institucional

Considerando-se ser consensual a necessidade de uma política nacional de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional, cabe perguntar: a quem atribuir a responsabilidade pela coordenação ou gestão dessa política?

Devem-se descartar a hipótese de criação de mais uma instituição estatal federal para esse fim ou mesmo a de submetê-la aos aparatos institucionais existentes. Esse esforço de pesquisa deve ter caráter interdisciplinar, quiçá transdisciplinar, e necessitará de uma coordenação sistemática e permanente, que seja capaz de expressar uma visão totalizante, transparente e com uma clara noção de nacionalidade, de modo a potencializar a riqueza imanente à diversidade regional brasileira. Celso Furtado (1999, p. 53) falou-nos da capacidade criativa da sociedade, afirmando que em uma economia de mercado só é possível deter as tendências estruturais ao centralismo econômico mediante ação política, fruto de vontade política, a fim de

[...] evitar que a difusão da racionalidade econômica venha a transformar um tecido social diversificado num amálgama de consumidores passivos. E essa vontade política entre nós é inseparável do federalismo.

O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira é exatamente esse de estimular a capacidade criativa em todos os segmentos, capacidade que entre nós tem raízes regionais.

Alerta-nos, ainda, para alguns pontos fundamentais: o necessário respeito e a valorização das autonomias das esferas federativas – escalas não-hierárquicas dos níveis municipal e estadual e da união federal –, a atenção às peculiaridades regionais e a ação consciente da cidadania (FURTADO, 1999).

Com base nesse horizonte, a solução pode estar em uma organização como a ANPUR, a ANPEGE ou a ANPOCS ou em uma federação de organizações disciplinares dessa natureza e de caráter nacional que, mediante um colegiado representativo, assumisse a gestão dessa política. É imprescindível que as universidades públicas exerçam papel central e estruturante nessa construção.

Enfim, a idéia de uma *instituição não-institucional* não nega – ao contrário, afirma – a necessidade de uma organização que seja capaz de gerir, no âmbito do território nacional, a ampla teia de processos de produção do conhecimento técnico-científico sobre os problemas urbanos e regionais e as políticas que possam ser expressas em programas, projetos e ações voltadas a solucioná-los. Isso pressupõe vontade política para pensar a constituição de um instrumento institucional não-burocrático e com uma dinâmica funcional capaz de, mediante permeabilidade à crítica endógena e exógena, reavaliar objetivos e procedimentos bem como escapar dos processos burocratizantes que, via de regra, tendem a se apoderar de quaisquer instituições humanas. Essa instituição não-institucional deve ter sua legitimidade calçada em um esforço permanente de tornar-se representativa do complexo e desigual tecido socioespacial brasileiro. Nesse sentido, deverão ser princípios o diálogo interdisciplinar do fazer técnico-científico, a transparência, tanto a administrativa quanto a respeitante à socialização do conhecimento produzido, e a valorização da diversidade regional como condição fundamental de estímulo à capacidade criativa da nação.

Controle social democrático: antídoto à “institucionalização”

Em qualquer hipótese de escolha da forma de coordenação, a maior garantia de que esse novo instrumento, como forma-conteúdo, não venha a se tornar mais um aparato burocrático, “paquidérmico” e obediente à lógica tirânica do capital é a criação de um mecanismo de controle democrático de caráter popular. Não se deve esquecer que a pressão sistemática do capital atinge ferozmente a autonomia das instituições produtoras do conhecimento técnico-científico com vistas à funcionalização destas em razão de seus interesses, ou seja, em função da difusão de sua racionalidade como sendo a única e, conseqüentemente, tentando transformar o tecido social em amálgama de usos passivos e obedientes do território.

A solução deve ser a constituição de um conselho formado por representação de movimentos sociais nacionais, respeitada a representação regional, cujos membros tenham mandatos rotativos, a fim de evitar-se que pseudo-representantes permaneçam exercendo indevidamente uma autoridade que, de fato, não têm (refere-se aqui a riscos de perda de representatividade, burocratização e cooptação pelos setores hegemônicos, comuns nos movimentos sociais e organizações não-governamentais).

A necessária sustentação orgânica e financeira autônoma

O caráter autônomo de uma organização coordenadora da política de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional não contradita a necessidade de estabelecer legalmente para esta um fundo público de fomento. Considerando-se que a viabilização de uma política nacional dessa natureza pressupõe determinação política, a garantia de dotação orçamentária compatível com os desafios propostos torna-se condição fundamental para sua implementação.

À guisa de conclusão

As universidades públicas e as demais instituições de pesquisa científico-tecnológicas, respeitadas suas autonomias, deverão ser convidadas a construir a sinergia necessária à sustentação e ao avanço dessa política.

Impõe-se o reconhecimento do papel central que as universidades podem desempenhar. Sabe-se que elas, mesmo que estejam hoje submetidas à condição de lugar de produção de “um saber vigiado e viciado”, ainda são, se não o único, um dos poucos lugares “onde o contra-saber tem a

possibilidade de nascer e às vezes prosperar” (SANTOS, 1999, p. 1). Porém, para guardar e manter o pensamento independente é indispensável que a instituição universitária aceite desinstitucionalizar-se e queira participar desse esforço que vai além de seus muros. Esse é o “caminho único para evitar que o excesso de regras e de mandos acabe por esterilizar as suas possibilidades de um trabalho realmente livre, voltado para o interesse geral” (*Ibidem*, p. 1).

Nessa perspectiva, Heloisa Moura Costa (2003) releva a garantia de espaço para o encontro de redes de pesquisadores e associações de escolas de planejamento de todo o mundo para avaliar possibilidades de cooperação internacional.⁸ E, diante da constatação de que há um acúmulo de reflexão sobre o tema, ao mesmo tempo em que as cidades brasileiras vivem sérios problemas ambientais e urbanos, é preciso avaliar a vinculação entre os avanços na investigação teórica e as práticas que vêm sendo adotadas por órgãos públicos e instituições da sociedade civil, com o objetivo de orientar pensamentos e ações para uma sociedade mais justa e um ensino mais adequado às suas necessidades.

Trata-se de um debate de interesse nacional e não meramente técnico e, portanto, não está limitado às hostes universitárias e demais instituições, por mais importantes que estas possam ser, da comunidade científica e tecnológica. O desafio de construir uma política de pesquisa e planejamento socioterritorial dentro de um recorte metodológico urbano e regional deve estar sempre aberto a todas as parcelas da sociedade. E, para que fomente o verdadeiro debate e não um monólogo com pretensão de representatividade nacional, esse processo de reinvenção institucional deve supor que “todas as informações disponíveis, e não apenas as regras operacionais, sejam abundantes e facilmente distribuídas” (SANTOS, 2002, p. 20).

Nesse horizonte democratizante e emancipatório, é aplicável, aqui, como componente estratégico fundamental para a legitimidade da política em debate, a noção de “ecologia de saberes”, que consiste na dialogicidade entre o saber científico produzido pela universidade e demais instituições científicas e os “saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade” (SANTOS, B., 2005, p. 76).

“A injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva” (SANTOS, B., 2005, p. 76), o que nos impõe concordar com a tese de que a relação existente entre soberania, produção científica e liberdade acadêmica é atributo inerente à produção do conhecimento técnico-científico compreendido como bem não-mercadológico, ou seja, bem público, que, para Maria Adélia Aparecida de Souza (2003), é indissociável de um processo libertário da sociedade que a abriga e exige a geração de teorias para o conhecimento do Brasil profundo e a construção do seu projeto nacional e soberano.

Esses são alguns dos grandes desafios para a viabilização da imprescindível política nacional de pesquisa em desenvolvimento urbano e regional. Por sua vez, os resultados desse esforço estratégico são condição imprescindível para tornar possível um processo sério de planejamento socioterritorial no Brasil, tendo em vista a possibilidade de superação qualitativa da forma setorial e fragmentada de planejamento, tão culturalmente arraigada à sociedade presente. Mas, para que sejam conseqüentes, as ações de pesquisa urbana e regional devem se balizar, sem prejuízo de outras, em favor de três conquistas indissociáveis, que só poderão se realizar, para além do discurso de boas intenções, como negação, ruptura mesma, das amarras hegemônicas, dos clichês e tipologias que o “pensamento único” busca tornar verdades absolutas. São elas: 1ª) uma política nacional de desenvolvimento urbano baseada na participação e no controle sociais, no aperfeiçoamento da estrutura federativa do Estado territorial brasileiro, em uma política urbana regional e metropolitana e, o que é fundamental

⁸ Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 56-58) lembra que não é possível uma solução nacional sem articulação global e que, se o “contexto global é hoje fortemente dominado pela globalização neoliberal, [...] há espaço para articulações nacionais e globais baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo que [...] recuperam e ampliam formas de internacionalismo de longa duração”. E mais: sua proposta de “globalização contra-hegemônica” da universidade como bem público mantém a idéia de projeto nacional de qualificação de inserção na sociedade global, logo de caráter não-nacionalista ou autárquico. E proclama: “Para os países periféricos e semi-periféricos, não há qualificação sem que a resistência à globalização neoliberal se traduza em estratégias de globalização alternativa”.

para viabilização de qualquer plano, numa política de financiamento do desenvolvimento urbano; 2ª) um sistema nacional de gestão democrática, logo, protagonizada desde os lugares, pressupondo o fortalecimento das dimensões municipal e regional da estrutura federativa do Estado territorial brasileiro; e 3ª) a viabilização dos instrumentos de reforma urbana já estabelecidos no Estatuto da Cidade, criando as condições para que o princípio da função social da propriedade, para além da instituição formal nos Planos Diretores urbanos, possa se enraizar como um novo valor cultural, de modo a garantir que o interesse comum e coletivo prevaleça sobre o direito individual de propriedade; ou seja, uma política de pesquisa e desenvolvimento urbano e regional e de planejamento socioterritorial intimamente ancorada nesse projeto de futuro soberano de nação.

Referências

- BENJAMIN, César. *Bom combate*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- COSTA, Heloisa S. M. BH sedita Encontro Nacional de Planejamento Urbano. *Boletim Informativo UFMG*, Belo Horizonte, ano 29, n. 1397, p. 1, 22 maio 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FURTADO, Celso. *O longo amadurecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- LIMA, Carlos A. F. Reflexões sobre o estado e a universidade. In: LIMA, C. A. F.; RODRIGUES, E. *Educação: nave do futuro*. Belém: Labor Editorial, 2000. p. 41-71.
- LIMA, Carlos A. F.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A educação superior é mercadoria ou direito no âmbito da Organização Mundial do Comércio? *Informandes On Line*, Brasília, 2004. Disponível em: <www.andes.org.br>. Acesso em: 15 maio 2007.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. *Debates*, [s.l.], ano 6, n. 16, p. 263-272, ene./abr. 2005.
- RODRIGUES, Edmilson B. Prefácio. In: RAMPINELLI, Waldir; OURIQUES, Nildo (Org.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 11-14.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da nossa época, 120).
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SANTOS, Milton. A universidade: da internacionalidade à universalidade. *Jornal da ADUFRJ*, Rio de Janeiro, n. 5, 1999.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *Testamento intelectual*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Apresentação. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003. p. 11-15.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1994. p. 21-28.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Território, soberania e mundo novo*. São Paulo: [s.n.], 1999. Mimeografado.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Universidade pública e gratuita: universidade e humanidade versus universidade e mercado*. São Paulo: [s.n.], [2000?]. Mimeografado.